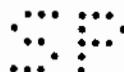




JUCESP PROTOCOLO
-0.458.942/16-9



Versão final para sign-off
(11mai2016)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

Entre

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.
na qualidade de Emissora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
na qualidade de Agente Fiduciário

CCR S.A.
na qualidade de Fiadora

e

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES
na qualidade de Acionista

datado de 12 de maio de 2016



DUCE SP

10 DE 16

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, na SP 127, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Km 112,4, CEP 18297-588, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.497.792/0001-40, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

CCR S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora"); e

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, parte, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.367.702/0001-82, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Acionista" e, em conjunto com a Fiadora, "Garantidoras" e, em conjunto com a Emissora, Agente Fiduciário e Fiadora, "Partes");

celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, a ser Convolada em Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures" respectivamente), nos termos e condições abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), bem como a autorização à Cessão de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) serão realizadas com base na proposta de deliberação feita em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de maio de 2016 ("RCA Emissora"), bem como na subsequente deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de maio de 2016 ("AGE Emissora"), nos termos



JUCESP

19 05 16

do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. A outorga da Fiança (conforme definida abaixo) foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Fiadora realizada em 12 de maio de 2016 ("RCA Fiadora"), nos termos do seu estatuto social. O Penhor de Ações (conforme definido abaixo) foi autorizado por Reunião do Conselho de Administração da Acionista realizada em 12 de maio de 2016 ("RCA Acionista"), nos termos do seu estatuto social.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas de AGE Emissora, RCA Emissora, RCA Fiadora e RCA Acionista de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas: (a) no caso das aprovações da Emissora, no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no "Jornal Cruzeiro do Sul"; (b) no caso da RCA Fiadora, no DOESP e no jornal "Valor Econômico"; e (c) no caso da RCA Acionista, no DOESP e no jornal "O Dia SP"; nos termos dos artigos 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Arquivamento e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o protocolo para registro da Escritura e seus eventuais aditamentos na JUCESP deverá ser realizado pela Emissora em até 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua assinatura, e devendo a Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, ser enviados em até 10 (dez) dias pela Emissora ao Agente Fiduciário, contados do respectivo registro.

2.1.2.2. Em virtude da fiança de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e Tatuí, ambas no Estado de São Paulo, bem como na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ("Cartórios"), sendo que o protocolo para registro da Escritura e seus eventuais aditamentos nos Cartórios deverá ser realizado pela Emissora em até 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua assinatura, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registradas nos Cartórios, em até 10 (dez) dias após os referidos registros ao Agente Fiduciário.

2.1.3. Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas eletronicamente em mercado de balcão organizado para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas financeiramente e as

DUCE SP

19 05 18

Debêntures custodiadas eletronicamente por meio da CETIP, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.4.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição por Investidor Profissional (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações disposta no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Para fins desta Escritura consideram-se (i) "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"); e (ii) "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, sendo certo que nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. A Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA exclusivamente com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º inciso I e §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", desde que o registro aqui tratado seja devidamente regulamentado pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, até a data de envio do comunicado de encerramento da Oferta à CVM.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social exclusivo realizar, sob regime de concessão, a administração e a exploração do Sistema Rodoviário do Estado de São Paulo, constituído pelo conjunto de pistas de rolamentos, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações, equipamentos contidos na malha rodoviária, compreendendo os seguintes trechos: (i) SP 127 do Km 105 + 900, em Tatuí, até o Km 213 + 500, em Capão Bonito; (ii) SP-255 do Km 237 + 770m, em Avaré, até o Km 288 + 190m, em Itai; (iii) SP-258, do Km 222 + 800m, em Capão Bonito, até o Km 342 + 670m, em Itararé, na divisa com o Estado do Paraná; (iv) SP-270 do Km 115 + 500m, em Araçoiaba da Serra, até o Km 168 + 210m, em Itapetininga; (v) SP-280 do Km 129 + 600m, em Tatuí, até o Km 315 + 034m, em Espírito Santo do Turvo, podendo praticar os atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, em conformidade com o Termo de Contrato de Concessão, celebrado em 10 de fevereiro de 2000, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, em decorrência da Concorrência Internacional nº 020/CIC/98, relativa ao denominado Lote 20, da Malha Rodoviária Estadual (conforme aditado de tempos em tempos o "Contrato de Concessão").

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a quinta emissão de debêntures da Emissora.

DUCE SP

19 05 16

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.4. Banco Liquidante e Escriturador

3.4.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 atuará como escriturador das Debêntures ("Escriturador").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para liquidação integral, incluindo principal, juros e eventuais encargos nos termos das debêntures da 2ª e 3ª emissões de debêntures da Emissora.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituições intermediárias Oferta ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder "Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, de forma individual e não solidária, conforme termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme, da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, a ser Convolada em Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de distribuição, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Distribuição"). As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário nos módulos e sistemas administrados e operacionalizados pela CETIP.

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"), conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.3. O público alvo da Oferta serão Investidores Profissionais.

3.6.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de

DUCE SP
19 05 16

potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de investidor profissional e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados, na forma da Cláusula 2.1.5 acima; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e na Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures, capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição e exequibilidade das Garantias (conforme abaixo definidas).

3.6.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.6.8. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Escritura.

3.6.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.10. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.

3.6.11. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de maio de 2016 ("Data de Emissão").

DUCE SP
19 05 18

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de maio de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4.1 abaixo ou resgate antecipado total, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculados conforme a Cláusula 4.5 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. A Emissora não emitirá cautelas ou certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, contando com garantia fidejussória, conforme disposto na Cláusula 4.9 abaixo, a serem convoladas em espécie em Debêntures com garantia real e com garantia adicional fidejussória, nos termos da Cláusula 4.10.3 abaixo.

4.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.2.1. Prazo de Subscrição e Integralização

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas no ato da subscrição, em uma única data, dentro do período de distribuição na forma dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476.

4.2.1.2. A integralização das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, no ato de subscrição, à vista ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição (conforme abaixo definido), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.3. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

DUCE SP
19 05 16

4.4. Remuneração

4.4.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 129,30% (cento e vinte e nove inteiros e trinta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas "Taxa DI *over* extragrupo" ("Taxa DI-*Over*"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário), desde a Data de Integralização das Debêntures, ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data de seu efetivo pagamento.

4.4.2. A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, nos meses de Maio, Agosto, Novembro e Fevereiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 27 de maio de 2017, e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes, exceto nas hipóteses de declaração de vencimento antecipado, realização de amortização extraordinária ou realização de evento de resgate antecipado total das Debêntures.

A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI-*Over* com uso do percentual aplicado, da data de início de início de capitalização, inclusive, até a data do pagamento da Remuneração (data de cálculo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Sendo que:

K = número de ordem das Taxas DI-*Over*, variando de 1 até n;

n = número total de Taxas DI-*Over*, sendo "n" um número inteiro;

p = 129,30 (cento e vinte e nove inteiros e trinta décimos); e

Handwritten signatures and a circular stamp are present at the bottom right of the page.

DUCE SP
19 05 16

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.4.2.1. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.4.2.2 a 4.4.2.4 abaixo.

4.4.2.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI-Over"), a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver substituto judicial ou legal para a Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.4.2.3 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI-Over conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over aplicável.

DUCESP
19 05 16

4.4.2.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), qual a alternativa escolhida dentre: (i) resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), pelo seu saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última data de pagamento de Remuneração (nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura para fins de cálculo da Remuneração); ou (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos Debenturistas então reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida nesta Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI-Over. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta da Remuneração nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.4.2.4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI-Over, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI-Over conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.4.2.5. Para efeitos da presente Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação", para fins de quórum, todas as Debêntures subscritas, mas não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.5. Repactuação

4.5.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.6. Pagamento do Principal

4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures, realização de evento de resgate antecipado total, ou de amortização extraordinária, o Valor Nominal Unitário ou o saldo no Valor Nominal Unitário será pago em parcelas trimestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 27 de maio de 2017 e as demais parcelas devidas, conforme tabela de amortização abaixo:

DUCESP
19 05 18

1.	27 de maio de 2017	3,0000%
2.	27 de agosto de 2017	3,0000%
3.	27 de novembro de 2017	4,0000%
4.	27 de fevereiro de 2018	4,5000%
5.	27 de maio de 2018	4,5000%
6.	27 de agosto de 2018	4,5000%
7.	27 de novembro de 2018	4,5000%
8.	27 de fevereiro de 2019	5,0000%
9.	27 de maio de 2019	5,0000%
10.	27 de agosto de 2019	5,0000%
11.	27 de novembro de 2019	5,0000%
12.	27 de fevereiro de 2020	5,5000%
13.	27 de maio de 2020	5,5000%
14.	27 de agosto de 2020	5,5000%
15.	27 de novembro de 2020	5,5000%
16.	27 de maio de 2021	saldo do Valor Nominal Unitário

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante.

4.7.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

DOESP
19 05 16

4.7.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.7.1.2 acima, e que: (i) tenha essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa; (ii) deixe de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável; (iii) tenha essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente; ou (iv) tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador e/ou pela Emissora.

4.7.1.4. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.7.1.2 acima, ou comunicado qualquer dos fatos listados na Cláusula 4.7.1.3 acima e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

4.7.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou declarado feriado nacional.

4.7.3. *Encargos Moratórios*

4.7.3.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.7.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

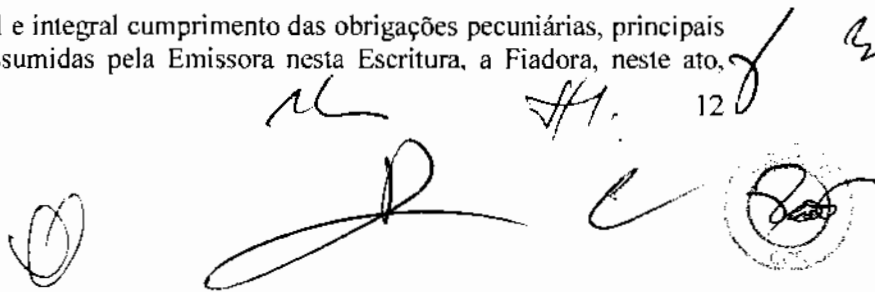
4.8. **Publicidade**

4.8.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no "Jornal Cruzeiro do Sul", sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.9. **Garantia Fidejussória**

4.9.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Escritura, a Fiadora, neste ato,

12



JUCESP

19 05 16

presta fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.9.2. A Fiadora, neste ato, declara-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.9.3. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidas pela Fiadora, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes e futuros, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios arbitrados judicialmente, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.7.10 abaixo; e (iii) todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas e devido ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, nos termos das Cláusulas 7.7.10 e 7.8 abaixo, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da Escritura demais documentos da Emissão e suas posteriores alterações ("Obrigações Garantidas").

4.9.4. As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora constatando a mora da Emissora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá, de preferência, ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas na data de pagamento definida na Escritura, observado o prazo de cura da Cláusula 5.4.1. (a) abaixo. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.9.5. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

4.9.6. Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação pecuniária, principal ou acessória, presente e futura, inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.

4.9.7. Observado o disposto na Cláusula 4.9.4 acima, a Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 824, 827, 834, 835, 836 (*in fine*), 837, 838 e 839 do Código Civil, bem como dos artigos 130 e 794 da Lei 13.105 de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil").

4.9.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, ressalvado o direito da Fiadora em depositar em juízo ou em uma conta vinculada, em benefício dos Debenturistas, as Obrigações Garantidas, no caso de pendência de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações.

①





DUCESP
19 05 16

4.9.9. A Fiadora sub-roga-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

4.9.10. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniária, principais ou acessórias, presentes e futuras, nos termos da presente Escritura.

4.9.11. A Fiadora declara e garante que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.9.12. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, novação, tampouco perda de qualquer direito ou faculdade previsto nesta Escritura, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.

4.9.13. Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese de inadimplemento pela Fiadora das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura, ainda que a Fiadora tenha assumido a condição de devedora solidária das Obrigações Garantidas, salvo após o exercício pelo Agente Fiduciário do procedimento de cobrança da Fiança previsto acima sem pagamento do valor devido pela Fiadora após o transcurso do prazo ali previsto.

4.9.14. A Fiadora concorda que o disposto nas Cláusulas 4.4.2.1 à 4.4.2.4 desta Escritura, não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, nos termos desta Escritura, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação e concordará e se obrigará a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.9.15. A Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos e vinculando seus respectivos sucessores até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 e seguintes do Código Civil.

4.10. Garantias Reais

4.10.1. Em complemento à Fiança, o fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas será garantido pelas seguintes garantias reais:

- (i) penhor de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora a ser formalizado por meio de Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças ("Penhor de Ações" e "Contrato de Penhor de Ações"); e
- (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão e decorrentes de cobranças de pedágio, com exceção às fontes acessórias de receita, conforme disposto na Cláusula 30 do Contrato de Concessão, a ser formalizada por meio do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações, "Contratos de Garantia") ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", e

JUCESP

19 05 16

em conjunto com o Penhor de Ações, "Garantia Real", e esta última, em conjunto com a Fiança, "Garantias").

4.10.2. A Garantia Real será prestada em caráter irrevogável e irretratável, uma vez obtida a autorização pela ARTESP (conforme abaixo definido), e entrará em vigor na data de assinatura dos Contratos de Garantia, sendo, a partir da referida data, válida em todos os seus termos e vinculando seus respectivos sucessores até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.10.3. Uma vez verificada a constituição da Garantia Real a que se referem as Cláusulas 4.10.1 e 4.10.2 acima, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória.

4.10.3.1. As Partes ficam desde logo autorizadas a celebrar um aditamento a esta Escritura, a ser firmado nos termos do Anexo I à presente Escritura, para formalizar, a convolação da espécie das Debêntures de "quirografária, com garantia fidejussória" para "com garantia real, e com garantia adicional fidejussória" mediante a constituição da Garantia Real nos termos da Cláusula 4.10.1 e 4.10.2 acima. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de novas aprovações societárias pela Emissora ou pelas Garantidoras, tampouco de Assembleia Geral de Debenturistas, para aprovação do conteúdo do referido aditamento.

4.11. Multiplicidade de Garantias

4.11.1. A Emissora afirma e confirma o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas, conforme os termos e condições determinados em cada um dos Contratos de Garantia.

4.11.2. Na excussão de uma das Garantias, nos termos da Cláusula 4.11.1 acima, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se executar as demais.

4.12. Exercício do Direito de Sub-rogação das Garantidoras

4.12.1. As Garantidoras, desde já, concordam e se obrigam a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura, exceto na medida em que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência, mas desde que os efeitos de tal medida não impliquem violação a qualquer disposição relativa ao disposto nesta Cláusula ou interfiram em qualquer direito dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário em relação ao recebimento de todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura; e (ii) caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura, repassar, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.13. Classificação de Risco

4.13.1. A Emissora contratou a Moody's, agência de classificação de risco, ("Agência de Classificação de Risco"). As Partes desde já reconhecem que a contratação da Agência de Classificação de Risco mencionada nesta Cláusula não dependeu de aprovação prévia dos Debenturistas.

DUCE SP
19 05 16

4.13.2. Caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja, ou seja, impedida de emitir uma classificação de risco para a Emissora e/ou para a Emissão, a Emissora deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência pela Emissora do fim das atividades da Agência de Classificação de Risco ou da ciência pela Emissora do impedimento da Agência de Classificação de Risco, contratar outra Agência de Classificação de Risco, dentre as seguintes Standard & Poor's ou Fitch Ratings, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da nova contratação. Caso a agência de classificação de risco que se pretenda contratar não seja uma das Agências de Classificação de Risco indicadas na Cláusula 4.13.1 acima, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, com até 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretenda formalizar nova contratação, e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, RESGATE ANTECIPADO TOTAL, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures.

5.2. Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Total

5.2.1. *Amortização Extraordinária.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária").

5.2.1.1. A Amortização Extraordinária deverá ocorrer mediante envio de comunicado aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP ou publicação de comunicado aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.8 acima, a critério da Emissora, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, informando: (i) a data para realização da Amortização Extraordinária; (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas; (iii) menção ao valor do pagamento devido aos Debenturistas, observado o prêmio, conforme definido na Cláusula 5.2.2.1 abaixo; e (iv) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.2.1.2. A Amortização Extraordinária será aplicada a todas as Debêntures, proporcionalmente, e o valor da Amortização Extraordinária devido pela Emissora será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, a ser amortizado, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data da efetiva amortização, acrescida do Prêmio Flat previsto na Cláusula 5.2.2.1 abaixo.

5.2.1.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado na data indicada no comunicado referido na Cláusula 5.2.1.1 acima, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, sendo que o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das

0

16

16

16

DUCESP
19 05 18

Debêntures, conforme caso, será ajustado (reduzido) de maneira que a Remuneração e os percentuais de amortização programada possam incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a data do pagamento da respectiva Amortização Extraordinária, neste caso sem necessidade de ajuste da escritura de emissão.

5.2.2. Resgate Antecipado Total. A Emissora poderá realizar o resgate antecipado da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Debêntures ("Resgate Antecipado Total"), a qualquer tempo, mediante envio de comunicado aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP ou publicação de comunicado aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.8 acima, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, informando: (i) a data para realização do Resgate Antecipado Total, que deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil; (ii) menção ao valor do pagamento devido aos Debenturistas, observado o Prêmio (conforme definido abaixo); e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.2.2.1. O valor do Resgate Antecipado Total devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, a ser resgatado, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data do efetivo resgate antecipado total, acrescido de um prêmio *flat* sobre o valor resgatado ("Prêmio"), conforme tabela abaixo, que também será aplicado à hipótese de Amortização Extraordinária:

Período	Prêmio
Entre a Data de Emissão e 27 de maio de 2018, inclusive.	Não admitido.
Entre 27 de maio de 2018, exclusive, e 27 de maio de 2020, inclusive.	2,0000% (dois inteiros por cento)
Entre 27 de maio de 2020, exclusive, e a Data de Vencimento.	1,0000% (um inteiro por cento)

5.2.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante.

5.2.4. Em caso de Resgate Antecipado Total, as Debêntures objeto de resgate deverão ser canceladas.

5.3. Oferta de Resgate Antecipado Total

5.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, entre a Data de Integralização e 27 de maio de 2018, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das

17

DUCESP
19 05 16

Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicado aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, ou por meio de publicação de comunicado aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.8 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Total, incluindo, mas sem limitação, (a) o valor do pagamento devido aos Debenturistas em razão do resgate, bem como o percentual do prêmio de resgate, caso existente; (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (c) a forma de manifestação à Emissora dos Debenturistas para optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total, observado o disposto no item III abaixo; (d) a informação de que a Oferta de Resgate Antecipado Total estará condicionada à aceitação da totalidade dos Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) a Emissora condicionará a Oferta de Resgate Antecipado Total à aceitação desta pela totalidade das Debêntures, o que será divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total;
- (iii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, caso a totalidade dos Debenturistas opte pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total, estes deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, findo o qual a Emissora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Total, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures ("Data do Resgate Antecipado Total Decorrente de Oferta"), observado que a Emissora somente resgatará a totalidade das Debêntures;
- (iv) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Total confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva Data do Resgate Antecipado Total Decorrente de Oferta; e (b) comunicar ao Banco Liquidante e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado Total com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da respectiva Data do Resgate Antecipado Total Decorrente de Oferta;
- (v) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Total será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Banco Liquidante, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (vi) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) objeto do resgate, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Total Decorrente de Oferta; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

5.4. Vencimento Antecipado

5.4.1. O Agente Fiduciário poderá declarar, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.1 e 5.4.1.2 abaixo, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou

DUCESP

19 05 16

da data do último pagamento de juros até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas previstas na Escritura, não sanado pela Emissora por período superior a 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (b) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pelas Garantidoras de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures;
- (d) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura, se aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior a cinco dias úteis), que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora ou pela Fiadora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (e) descumprimento pela Emissora ou pelas Garantidoras, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juiz competente contra a Emissora ou contra as Garantidoras, que condene a Emissora ou as Garantidoras, conforme o caso, ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a (i) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no caso da Emissora; (ii) R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), no caso da Fiadora; e (iii) R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), no caso da Acionista, ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- (f) protesto legítimo de títulos contra (i) a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (ii) a Fiadora, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais); e (iii) a Acionista, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se a Emissora ou as Garantidoras comprovarem, conforme o caso, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação do protesto, que (i) referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi susinado ou cancelado; ou (ii) a Emissora ou as Garantidoras, conforme o caso, prestou garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (g) ocorrência de qualquer alteração na composição societária ou reorganização societária da Emissora que resulte na perda pela Acionista do controle acionário direto da Emissora e pela Fiadora do controle acionário indireto da Emissora, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas

12 11, 19

DUCESP

19 05 16

especialmente convocada para esse fim, nos termos da presente Escritura, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da Fiadora. Para fins deste item, entende-se como controle o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora ou pelas Garantidoras, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência, liquidação, intervenção, dissolução ou extinção da Emissora ou das Garantidoras;
- (i) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (k) término antecipado do Contrato de Concessão, ou seja, encampação, caducidade ou anulação da concessão;
- (l) pagamento de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio (i) pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura; ou (ii) pela Fiadora, caso a Fiadora tenha sido demandada a honrar pagamentos de principal e/ou juros, nos termos da Cláusula 4.9 acima, e esteja inadimplente; ressalvado, em ambos os casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados ao dividendos obrigatórios
- (m) redução do capital social da Emissora, sem que haja prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim;
- (n) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura, se aplicável, de obrigação financeira das Garantidoras em montante unitário ou agregado superior a (i) R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), no caso da Acionista; e (ii) R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) no caso da Fiadora, ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo IGP-M a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa no âmbito de dívida contraída por meio de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se as a Fiadora ou a Acionista, conforme aplicável, comprovarem, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do não pagamento, que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Acionista e/ou pela Fiadora; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (o) alienação da totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Fiadora, para terceiros, definindo-se como parte substancial ativo(s) que representem 33% (trinta e três por cento) ou mais do faturamento consolidado anual da Fiadora no exercício imediatamente anterior à data da alienação, exceto se os recursos oriundos da alienação forem reinvestidos pela Fiadora;
- (p) se a Fiança prestada pela Fiadora: (a) for objeto de questionamento pela Emissora ou pela Fiadora; (b) for anulada, considerada nula, ou inválida; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida, desde que em qualquer das hipóteses, tal evento não seja sanado ou a Fiança seja substituída por garantia bancária de banco de primeira linha, no prazo de 5

12

21.

20

JUCESP
19 05 16

(cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora ou a Fiadora tomar conhecimento do evento, mediante a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim;

- (q) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado (conforme definida abaixo) seja superior aos parâmetros estabelecidos na Cláusula 6.1 abaixo, exceto se a Emissora optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário Cartas de Fiança (conforme definidas abaixo), nos termos da Cláusula 6.1 abaixo;
- (r) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão conforme o disposto na Cláusula 3.5 desta Escritura;
- (s) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures, das Garantias, desta Escritura e/ou de qualquer uma de suas disposições;
- (t) a existência de decisão judicial de segundo grau, que condene a Emissora e/ou as Garantidoras pela prática de atos pela Emissora que importem em trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (u) sejam constatados ilícitos previstos na Lei 12.529/2011 ("Lei de Defesa da Concorrência"), na Lei 8.429/1992 ("Lei da Improbidade Administrativa"), na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei 12.846/13") ou qualquer outra Norma Anticorrupção (conforme definido abaixo), praticados pela Emissora, suas controladas ou funcionários, e/ou pelas Garantidoras, sempre que tais fatos, justificadamente, comprometam a conduta da Emissora e/ou das Garantidoras, e/ou sua capacidade de pagamento das Debêntures;
- (v) a não substituição da Garantia Real, conforme previsto nos Contratos de Garantia; e
- (w) o inadimplemento das obrigações previstas nos Contratos de Garantia, não sanado nos prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, se aplicável.

5.4.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (a), (d), (e), (g), (h), (i), (k), (l), (m), (o), e (q) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.4.2 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar ciência do referido evento, declarar automaticamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor das Debêntures acrescido dos Encargos Moratórios devidos, conforme o caso.

5.4.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.4.1.1 acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 e o quórum específico estabelecido na Cláusula 5.4.1.3 abaixo.

DUCEAP

10.08.10

5.4.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.4.1.2 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação.

5.4.1.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 5.4.1.2 acima, ou da (i) não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.4.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes desta Escritura e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante e Escriturador.

5.4.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e às Garantidoras, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além da Remuneração devida serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

5.4.3. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados na Cláusula 5.4.1.1 acima vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, no que diz respeito às Debêntures depositadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada eom, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada por representante legal com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura;
 - (b) informações sobre a falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades e sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora ou as Garantidoras, conforme o caso, tomarem conhecimento do fato, devendo ainda a Emissora ou as Garantidoras, conforme o caso, fornecerem ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Emissora ou pelas Garantidoras com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão; e

DUCE SP

10 08 16

- (c) informar ou enviar o seu organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar, no dia útil imediatamente posterior, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, mas não o faça dentro do prazo aplicável, nos termos da presente Escritura;

DUCE SP

10 08 16

- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e a CETIP, além de tomar todas as providências necessárias para a manutenção e negociação das Debêntures;
- (ix) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação e atuação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável, exceto com relação àquelas que fazem referência a uma data específica em que são prestadas;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, o registro da presente Escritura e dos Contratos de Garantia nos Cartórios;
- (xvii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- (xviii) não dar em garantia, onerar ou de qualquer outra forma dispor dos ativos e direitos objeto da Garantia Real;
- (xix) apresentar, no âmbito da Emissão, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, na forma do artigo 10 da Instrução CVM 476;
- (xx) realizar os eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura exclusivamente por meio de transferência bancária;
- (xxi) notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário, sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que impeça o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora no âmbito do Contrato de Concessão e/ou resulte no descumprimento pela Emissora de suas obrigações financeiras perante os Debenturistas, conforme previstas nesta Escritura;

At:

24

DUCEP

DOCEP

- (xxii) manter os seus bens necessários à manutenção de suas condições de operação e funcionamento adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xxiii) manter válidas e regulares todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não impeça o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora no âmbito do Contrato de Concessão e/ou resulte no descumprimento pela Emissora de suas obrigações financeiras perante os Debenturistas, previstas nesta Escritura;
- (xxiv) adotar as medidas necessárias para que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, a partir da data de emissão do primeiro relatório, até o vencimento das Debêntures. Adicionalmente, a Emissora deverá: (i) divulgar amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (iii) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco;
- (xxv) não distribuir dividendos e/ou pagar de juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado (conforme abaixo definida) seja superior a (a) 4,5 (quatro vírgula cinco) vezes no ano de 2016; e (b) 4,0 (quatro) vezes, a partir do ano de 2017, até a Data de Vencimento das Debêntures; exceto se, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 e 6.1.4, a Emissora optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas Debêntures em Circulação, emitida por uma instituição financeira previamente autorizada por Debenturistas representando ao menos 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim ("Cartas de Fiança");
- (xxvi) cumprir qualquer dispositivo legal ou regulatório aplicável à Emissora relativamente à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13;
- (xxvii) obter e manter uma classificação de risco (*rating*), em escala nacional, fornecido pela Agência de Classificação de Risco, devendo a Emissora fornecer informações à Agência de Classificação de Risco com toda transparência e clareza, para obtenção da classificação de risco mais precisa possível;
- (xxviii) não realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida à registro na CVM; e
- (xxix) cumprir todas as suas obrigações decorrentes da legislação ambiental, trabalhista e previdenciária, cujo descumprimento possa afetar a capacidade operacional ou financeira da Emissora;

6.1.1. Para fins do item (xxiii) acima, entende-se por:

- (i) "Dívida Financeira Líquida" a somatória dos valores correspondentes a (a) empréstimos bancários de curto prazo; (b) debêntures no curto prazo; (c) empréstimos bancários de longo

HH: 12

25

DUCEP

10 08 11

prazo; (d) ajustes de hedge; (e) debêntures de longo prazo e, ainda, (f) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

- (ii) “EBITDA Ajustado” para qualquer período, o somatório dos resultados antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora acrescido de todos os valores atribuíveis e sem duplicidade: (a) da depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito da concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA Ajustado deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses; e
- (iii) “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado” a divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Ajustado verificada periodicamente pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 6.1.2 abaixo.

6.1.2. O quociente Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício (31 de dezembro) e de encerramento de semestre (30 de junho) da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão.

6.1.3. As Cartas de Fiança emitidas nos termos do item (xxiii) da Cláusula 6.1 acima deverão vigorar pelo prazo de 1 (um) ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo Agente Fiduciário à Emissora, e revogadas pela instituição financeira autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do referido índice financeiro em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

6.1.4. Fica certo e ajustado que, enquanto o Agente Fiduciário detiver Cartas de Fiança em pleno vigor, a Emissora poderá livremente distribuir dividendos e/ou pagar juros sobre capital próprio nos termos deste item, sem a necessidade da Emissora de contratar e apresentar Cartas de Fiança adicionais. A contratação e apresentação de Cartas de Fiança pela Emissora constituem uma faculdade à Emissora para que efetue distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e dos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado esteja superior aos parâmetros estabelecidos no item (xxii) da Cláusula 6.1 acima. Em nenhuma hipótese o não atendimento do limite correspondente a tal índice financeiro ou a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento fará com que a Emissora esteja obrigada a contratar e apresentar carta de fiança de qualquer valor.

6.2. A Fiadora se obriga a cumprir as obrigações descritas abaixo, bem como fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da administração e de parecer dos auditores independentes, bem como de declaração dos representantes da Fiadora atestando o cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Escritura;

DUCE SP

10 DE 10

- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, cópia de suas informações trimestrais completas relativas ao respectivo trimestre social encerrado acompanhadas do relatório de administração e de parecer dos auditores independentes.
- (iii) informações sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento causado pela Fiadora, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Fiadora tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Fiadora fornecer ao Agente Fiduciário, tão depressa quanto possível, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Fiadora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão;
- (iv) caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações decorrentes desta Emissão, quaisquer informações razoáveis que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Fiadora, das suas obrigações estabelecidas na Cláusula 6.1 desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
- (v) cumprir qualquer dispositivo legal ou regulatório aplicável à Fiadora relativamente à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13; e
- (vi) cumprir todas as suas obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, cujo descumprimento possa afetar a capacidade operacional ou financeira da Fiadora.

6.3. A Acionista se obriga a cumprir as obrigações descritas abaixo, bem como a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) não alienar, empenhar, gravar ou onerar, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.11 abaixo, suas ações representativas do capital social da Emissora e objeto do Penhor de Ações, exceto com relação a operações que não resultem na transferência de controle da Emissora;
- (ii) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e ajuizamento de novas ações, em relação a qualquer ação que possa ocasionar constrição de bens do patrimônio das Acionistas e afetar, de qualquer forma, o Penhor de Ações;
- (iii) informações sobre a ocorrência de qualquer de Evento de Inadimplemento causado pela Acionista, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Acionista tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Acionista fornecer ao Agente Fiduciário, tão depressa quanto possível, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Acionista com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão;
- (iv) cumprir qualquer dispositivo legal ou regulatório aplicável à Acionista relativamente à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13; e

JUCESP

10.05.18

- (v) cumprir todas as suas obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, cujo descumprimento possa afetar a capacidade operacional ou financeira da Acionista.

6.4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por prejuízos, perdas e danos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Companhia do Metrô da Bahia com vencimento em 13 de outubro de 2019, no volume total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões), na data de emissão. Foram

12 fl. 28

JUCESP

de 05 de 05

emitidas 500 (quinhentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; (ii) 3ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Companhia do Metrô da Bahia com vencimento em 06 de maio de 2018, no volume total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões), na data de emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; e na (iii) 8ª (oitava) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Fiadora com vencimento em 15 de dezembro de 2018, no volume total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões), na data de emissão. Foram emitidas 40.000 (quinhentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara, neste ato, não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

DUCEP

10 DE 18

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens, notificando os Debenturistas sobre todo e qualquer ato vinculado à Emissão;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) verificar a regularidade da Garantia Real, conforme o disposto nos Contratos de Garantia, observando a manutenção da sua exequibilidade;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8.1 acima ou encaminhar notificação individual aos Debenturistas;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações

11. 30

DUCESP

10.05.18

divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia Real, e de seus respectivos Contratos de Garantia, constituídas no âmbito das Debêntures;
 - (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xvi) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xiv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;

DUCEP

10 de 10

- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) disponibilizar, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures a ser realizado pela Emissora; e
- (xxi) convocar, caso seja notificado pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, nos termos do item (xi) da Cláusula 9.1, do item (v) da Cláusula 9.2, e do item (vii) da Cláusula 9.3., conforme aplicável, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre as providências a serem tomadas no caso de ato ou fato que viole as Normas Anticorrupção (conforme abaixo definidas).

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.4.1.3, esta assim o autorizar.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) pela Emissora, sendo a parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

NUCEP

19 03 18

7.7.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à: (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das Garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração: (a) Das Garantias; (b) Prazos de pagamento; e (c) Condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures. No caso de celebração de aditamentos à Escritura bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.7.2. As parcelas citadas acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão.

7.7.3. Os valores serão acrescidos dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.4. No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

7.7.6. Os serviços previstos nesta proposta são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei 6.404/76. A conciliação e acompanhamento da cobrança dos recebíveis não estão incluídos na presente proposta.

7.7.7. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.8. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.9. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente

DUCE SP

19 DE 15

Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.8. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora

7.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme definido abaixo, especialmente convocada para esse fim.

7.11. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

DUCE SP

10 05 18

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

8.9. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, tal como prevista na Cláusula 5.4.1.3, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação. Já a alteração das cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures ou de Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de exclusão, renúncia ou perdão temporário, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, (i) 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, no caso de alterações de cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures ou de Eventos de Inadimplemento decorrente de questões regulatórias da Emissora perante as autoridades competentes; e (ii) 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, nas demais cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures ou de Eventos de Inadimplemento.

8.10. Qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da sua Remuneração; (ii) das datas de pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures; (iv) dos valores, montantes e datas de amortização das Debêntures; (v) dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura; (vi) das disposições desta Cláusula; (vii) do prazo, valor ou objeto das Garantias; (viii) criação de evento de repactuação; (ix) das disposições relativas a resgate e amortização das Debêntures; (x) da espécie das Debêntures; e (xi) de prazos, valor e forma das Debêntures ou a redução da sua remuneração; dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11. As matérias sujeitas à deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas nos termos dos Contratos de Garantia, que não estejam sujeitas ao quórum específico da Cláusula 8.10 acima, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação.

8.12. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

JUCESP

19 05 16

8.13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns e termos estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora declara e garante, neste ato, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos Contratos de Garantia nesta data têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e dos Contratos de Garantia e a colocação das Debêntures não infringem nesta data qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral vigente nesta data, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) além dos atos praticados, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental, terceiros ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) a inscrição da ata de AGE Emissora e da RCA Emissora que deliberaram sobre a Emissão e da Escritura na JUCESP, (ii) o registro da Escritura nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, (iii) o registro das Debêntures na CETIP; e (iv) a aprovação prévia da Cessão de Direitos Creditórios pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP");
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência desde a sua última demonstração financeira divulgada;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) a demonstração financeira da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2015, representa corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foi devidamente

DUCE SP

10 08 18

elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e reflete nesta data corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

- (x) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, norma, determinação, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não impacte sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, está cumprindo nesta data todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xi) cumpre, nesta data, e faz cumprir, com relação a suas controladas e funcionários, as normas nacionais ou internacionais, conforme aplicável, que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo, mas não se limitando a, a Lei nº 12.846/13 ("Normas Anticorrupção"), sendo que a Emissora (a) mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a suas partes relacionadas e funcionários, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, tomará as devidas providências e comunicará em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário, que convocará Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item (xx) da Cláusula 7.4; (e) realizará eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente pelos meios previstos nesta Escritura; e (f) tem conhecimento de que a violação das Normas Anticorrupção ensejará a responsabilização da Emissora, nos termos das Normas Anticorrupção;
- (xii) as ações objeto de garantia e os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente encontram-se, nesta data, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições, dívidas ou gravames, não existindo qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que a Emissora seja parte, quaisquer obrigações, restrições à Garantia Real, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede ou limite, de qualquer forma, a constituição e manutenção de referida garantia em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, exceto pela própria Garantia Real a ser constituída conforme previsão desta Escritura e pelo disposto nos Contratos de Garantia; e
- (xiii) está, na presente data, em conformidade com a legislação ambiental e trabalhista em vigor aplicável à Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e/ou a seus trabalhadores decorrentes de suas ações ou das atividades, exceto nos casos em que contesta de boa fé, na esfera judicial e/ou administrativa, não utilizando, em suas atividades comerciais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil prejudicial. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências socioambientais exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos ambientais e de proteção aos trabalhadores, órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas em vigor.

9.2. A Fiadora declara e garante, neste ato, que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações

DUCE SP

19 05 15

previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (ii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iii) a Fiança ora prestada constitui nesta data uma obrigação legal, válida e vinculante da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem nesta data qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial vigente nesta data, contrato ou instrumento do qual a Fiadora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) cumpre, nesta data, e faz cumprir, com relação a suas controladas e funcionários, as Normas Anticorrupção, sendo que a Fiadora (a) mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a suas partes relacionadas e funcionários, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, tomará as devidas providências e comunicará em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário, que convocará Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item (xx) da Cláusula 7.4; (e) realizará eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente pelos meios previstos nesta Escritura; e (f) tem conhecimento de que a violação das Normas Anticorrupção ensejará a responsabilização da Fiadora, nos termos das Normas Anticorrupção; e
- (vi) está, na presente data, em conformidade com a legislação ambiental e trabalhista em vigor aplicável à Fiadora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e/ou a seus trabalhadores decorrentes de suas ações ou das atividades, exceto nos casos em que contesta de boa fé, na esfera judicial e/ou administrativa, não utilizando, em suas atividades comerciais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil prejudicial. A Fiadora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências socioambientais exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos ambientais e de proteção aos trabalhadores, órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas em vigor.

9.3. A Acionista declara e garante, neste ato, que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iii) as ações empenhadas, nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura, existem, são de sua

GRUPOCCR

10 DE 18

titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelo próprio Penhor de Ações previsto nesta Escritura;

- (iv) a celebração desta Escritura e o Penhor de Ações aqui estabelecido não infringem nesta data qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial vigente nesta data, contrato ou instrumento do qual a Acionista seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Acionista ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) cumpre, nesta data, e faz cumprir, com relação a suas controladas e funcionários, bem como orienta suas controladas e dirigentes a cumprirem as Normas Anticorrupção, sendo que a Acionista (a) mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a suas partes relacionadas e funcionários, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, tomará as devidas providências e comunicará em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário, que convocará Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item (xx) da Cláusula 7.4; (e) realizará eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente pelos meios previstos nesta Escritura; e (f) tem conhecimento de que a violação das Normas Anticorrupção ensejará a responsabilização da Acionista, nos termos das Normas Anticorrupção; e
- (vi) está, na presente data, em conformidade com a legislação ambiental e trabalhista em vigor aplicável à Acionista, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e/ou a seus trabalhadores decorrentes de suas ações ou das atividades, exceto nos casos em que contesta de boa-fé, na esfera judicial e/ou administrativa, não utilizando, em suas atividades comerciais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil prejudicial. A Acionista obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências socioambientais exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos ambientais e de proteção aos trabalhadores, órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas em vigor.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

SP 127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol, Km 112,4

CEP 18279-588

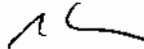
At.: Srs. Jose Salim Kallab Fraiha e Alexandre Spadafora

Tel.: (015) 3259-8003

Fax: (015) 3259-8080

c-mail: jose.salim@grupoccr.com.br e alexandre.spadafora@grupoccr.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:











DUCE SP

19 05 16

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

At.: Srs. Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br; e ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) Para a Fiadora:

CCR S.A.

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia

São Paulo, SP

CEP 04.551-065

At.: Sr. Arthur Piotto (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores) e Sra. Francine Saueia Keterer (Financeiro)

Telefone: (11) 3048-5925

Fax: (11) 3048-6379

e-mail: diretoria.financeira@grupoccr.com.br / francine.sauieia@grupoccr.com.br

(iv) Para a Acionista:

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, parte,

São Paulo, SP

CEP 04551-065

At.: Arthur Piotto e Priscilla Huttenlocher

Tel.: (11) 3048-5925

Fax: (11) 3048-6379

e-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br / priscilla.huttenlocher@grupoccr.com.br

(v) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

At.: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP

CEP 04309-010

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(vi) Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

At.: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo, SP

CEP 04538-132

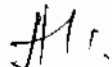

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(vii) Para a CETIP:



DUCE SP
19 DE 19

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1559

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(viii) Para a CVM:

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 33º andar

Rio de Janeiro, RJ,

CEP 20050-901

At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes.

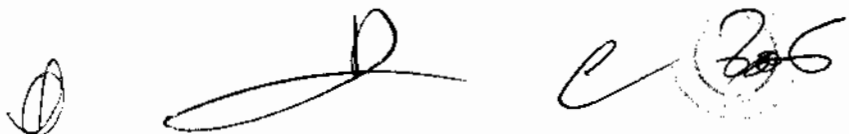
10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da BM&FBOVESPA; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.6. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



DUCESP

19.05.16

10.7. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do incisos I e III do artigo 784 Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.8. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, ficando vedada a cessão desta Escritura sem a prévia anuência dos Debenturistas.

10.9. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

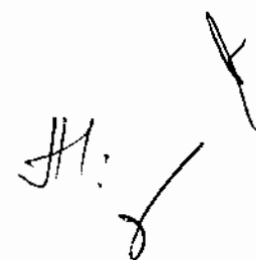

10.10. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.11. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 12 de maio de 2016.

(assinaturas seguem nas próximas páginas.)



DUCE SP

PÁGINA DE ASSINATURAS 1 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUILOGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

PELA EMISSORA:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

Nome:

Cargo: **Alexandre Spadafora**

DIRETOR

Nome:

Cargo: **José Salim Kallab Fralha**

Diretor Presidente

TABELÃO OLIVEIRA LIMA
15ª Cartório de Notas
B.R. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esq. 3ª com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5400 - www.trocas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO 1(s) Firma(s) de:
ALEXANDRE SPADAFORA e JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA, a qual confere
com padrão depositado em cartório.

São Paulo/SP, 12/05/2016 - 12:05:56

Em Testemunho da verdade. Total R\$ 16,30

PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANA - ESCRIVENTE

Etiqueta: 1027773 Selos: R\$ 757

VALIDO SOMENTE COM O SELO

PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANA
ESCRIVENTE AUTORIZADO



Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - SP

DUCE SP

PÁGINA DE ASSINATURAS 2 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

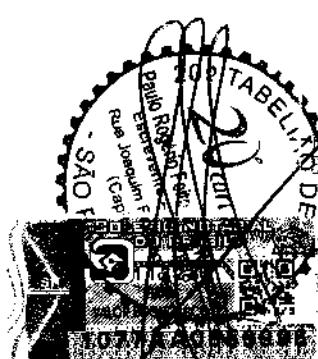
PELO AGENTE FIDUCIÁRIO:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Sonia Regina Menezes
Procuradora

Bruna Souza Noel
Procuradora



2 notário

Rua Gonzaga, Moriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - CEP: 0554-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

conheço por semelhança as assinaturas de: (1) SONIA REGINA MENEZES e (1) BRUNA SOUZA NOEL, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 17 de maio de 2016.
Em Teste da verdade. Cód. [1217266915002432410453-3425]

AULO ROBERTO FEITOSA DE ALMEIDA, ESCRIVENTE AUTORIZADO (Cód. 2116161) R\$ 16,30
Selo(s): Selo(s) 2 Atos: AA-63076
Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.

DUCE SP

PÁGINA DE ASSINATURAS 3 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

PELA FIADORA:

CCR S.A.

Nome: **Paulo Yukio Fukuzaki**
Cargo: **Diretor de Planejamento e Controle**

Nome: **Arthur Piotto Filho**
Cargo: **Diretor Financeiro e de Relações com I**

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15ª Cartório de Notas
Bla. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Punchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-1108 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA com VALOR ECONÔMICO até a Firma(s) de:
PAULO YUKIO FUKUZAKI e ARTHUR PIOTTO FILHO, a qual confere com
padrão depositado no cartório.
São Paulo/SP, 12/05/2016 - 12:06:32

Em Testemunho da verdade. Total R\$ 16,30
PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANA - ESCRIVENTE
Etiqueta: 1027761 Selos: R\$ 764

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANA
ESCRIVENTE AUTORIZADO



DUCE SP

PÁGINA DE ASSINATURAS, 4 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

PELA ACIONISTA:

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Nome:

Cargo: **LEONARDO COUTO VIANNA**
DIRETOR

Nome:

Cargo: **ITALO ROPPA**
Diretor



TABELÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Rua João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olimpia - Esquina com a Rua Hunchal - São Paulo - SP
PARX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
LEONARDO COUTO VIANNA e ITALO ROPPA, a qual confere com padrão
depositado em cartório.

São Paulo/SP, 12/05/2016 - 12:07:04

Em testemunho da verdade. Total R\$ 16,30

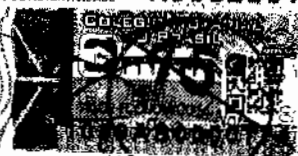
PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANNA - ESCRIVENTE

Etiqueta: 102/788 Selos: AB 771

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

AC558359

PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANNA
ESCRIVENTE AUTORIZADO



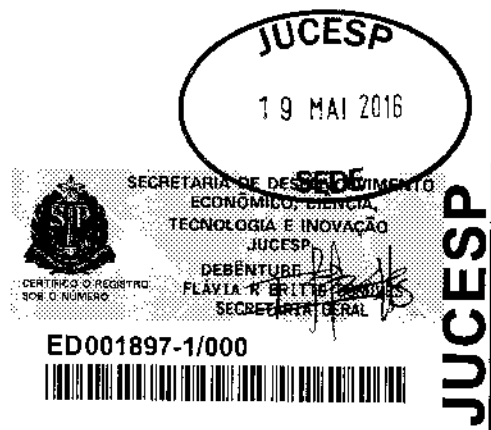
JUCESP

PÁGINA DE ASSINATURAS 5 DE 5 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CDNVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CDNVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

TESTEMUNHAS:

1. Flávia de Souza Arquivista
Nome: Flávia de Souza Arquivista
RG: 39.360.513-9

2. Rafaela Vieira de Mello Pene
Nome: RAFAELA VIEIRA DE MELLO PENE
RG: 34.792.013-5



JUCE SP
19 05 16

ANEXO I

MINUTA DE ADITAMENTO À ESCRITURA PREVENDO A CONVOLAÇÃO DA ESPÉCIE DAS DEBÊNTURES PARA COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA

[E] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, na SP 127, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Km 112,4, CEP 18297-588, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.497.792/0001-40, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

CCR S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora"); e

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, parte, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.367.702/0001-82, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Acionista") e, em conjunto com a Fiadora, "Garantidoras" e, em conjunto com a Emissora, Agente Fiduciário e Fiadora, "Partes";

CONSIDERANDO QUE as Partes celebraram em 12 de maio de 2016 o "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, a ser Convolada em Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Rodovias Integradas do Oeste S.A." ("Escritura"), por meio da qual foram emitidas 120.000 (cento e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, a ser convolada em com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da 5ª (quinta) emissão da

At. 12 48

DUCESP
19 05 16

Emissora, todas com Valor Nominal Unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, qual seja, 27 de maio de 2016, perfazendo o montante total de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente);

CONSIDERANDO QUE, conforme previsto na Cláusula 4.10.3 da Escritura, uma vez verificada a constituição da Garantia Real (conforme definido na Escritura), as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória e passarão a ser da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, estando as Partes autorizadas a celebrar aditamento à Escritura para formalizar a referida convolação da espécie das Debêntures;

CONSIDERANDO QUE o Agente Fiduciário constatou a devida constituição e formalização da Garantia Real de acordo com a Cláusula 4.10.1 e 4.10.2 da Escritura e, nos termos da Cláusula 4.10.3 da Escritura, não é necessária a realização de Assembleia Geral da Emissora, das Garantidoras, ou dos Debenturistas para aprovar a celebração do presente Aditamento (conforme definido abaixo); e

CONSIDERANDO QUE as Partes, em conjunto, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura para refletir a alteração da espécie das Debêntures, nos termos aqui dispostos;

ISTO POSTO, as Partes vêm por meio desta e na melhor forma de direito, aditar e consolidar a Escritura por meio do presente "Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em com Garantia Real, e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Rodovias Integradas do Oeste S.A." ("Aditamento"), nos termos e condições abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. DAS ALTERAÇÕES

1.1. As Partes resolvem alterar o título da Escritura, que passa a ser denominada "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.".

1.2. As Partes resolvem excluir a Cláusula 4.10.3, 4.10.3.1 da Escritura.

1.3. As Partes resolvem alterar a redação da Cláusula 4.1.9.1 da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, contando ainda com garantia adicional fidejussória, conforme disposto na Cláusula 4.9 abaixo."

1.4. Em razão da alteração estabelecida na Cláusula 1.1 deste Aditamento, para todos os fins e efeitos, toda e qualquer referência na Escritura à espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, das Debêntures será considerada como uma referência à espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória das Debêntures.

JUCESP
19 05 16

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Todos os termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

2.2. A Emissora e as Garantidoras declaram e garantem que as declarações prestadas na Cláusula 9 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

2.3. Este Aditamento será arquivado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o protocolo para registro no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua assinatura, devendo ser enviados em até 10 (dez) dias pela Emissora ao Agente Fiduciário, contados do registro.

2.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

2.5. Este Aditamento, a Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do incisos I e III do artigo 784 Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

2.6. A Emissora arcará com todos os custos de registro e arquivamento deste Aditamento de acordo com os termos definidos na Escritura.

2.7. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

2.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, [H] de [H] de 2016.

(assinaturas seguem nas próximas páginas.)

DUCE SP

19 05 16

[PAGINA DE ASSINATURAS DO ~~1º~~ ADITAMENTO À ESCRITURA PREVENDO A
CONVOLAÇÃO DA ESPÉCIE DAS DEBÊNTURES PARA COM GARANTIA REAL, E COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA]

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CCR S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG: